



Geraldo Guimarães e Carmen Bandeira

Crianças de sete a 14 anos irão discutir nas aulas de História temas bastante polêmicos como revolta, opressão, consciência de classe e mesmo expropriação e violência

Educação

Proposta politiza o currículo escolar

Professores da rede estadual de ensino estarão reunidos de segunda a quarta-feira para discutir e aprovar uma "proposta curricular" para as crianças de sete a 14 anos. Se aplicado, o projeto fará com que os estudantes, antes mesmo de saírem da infância, sejam obrigados a discutir temas como a ocupação das terras dos índios, as injustiças da legislação trabalhista, a fazer "exercícios de dominação e resistência" para "procurar resgatar dimensões de um saber-fazer historicamente expropriado pelo sistema capitalista", segundo diz a introdução do documento, que leva a chancela do governo do Estado, através da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

Alguns professores garantem que não é preciso mais do que ler a bibliografia da cadeira de História para comprovar que a proposta foi preparada segundo o discurso da esquerda radical. Entre as obras recomendadas, estão "Tradição, revolta e consciência de classe", "A condição operária e outros estudos sobre a opressão", "O feminismo e a construção do socialismo", "Marxismo e literatura", "Expropriação e violência", "Anarquismo, roteiro da libertação

social", "A terra para quem nela não trabalha" e "Da senzala à colônia".

Ainda na "proposta curricular" da cadeira de História, lê-se que é preciso "estar atento às múltiplas e variadas formas em que, historicamente, ocorre a subordinação das culturas à forma de viver e trabalhar que se impõe ao longo do processo, bem como às inúmeras e diversificadas formas de insubordinação. Além disso, procuremos ter presente que, nesse processo, os nexos da dominação e da resistência se ramificam, se dispersam e acompanham o exercício do poder no interior desses grupos". E para quem não considerar suficientemente claro esse texto, o documento esclarece que "nossa intenção... é redimensionar as tensões étnicas, culturais e religiosas entre diferentes grupos humanos, no contexto da dominação capitalista".

Na colocação de professores que estranham a proposta, o problema é que "todo o programa é levantado em cima dos pontos de crise de nossa sociedade; acusando-se sempre o sistema como culpado, mas em nenhum momento é apontada qualquer solução, como se o interesse único da proposta fosse gerar a revol-

ta na massa estudantil". O exemplo é a proposta do que os alunos devem discutir em relação ao índio, página 17 do documento, desapropriação de suas terras e de seu trabalho pela expansão pecuária, apresamento e escravidão indígena, descaracterização cultural... accentuada com a atuação da Companhia de Jesus, dizimização física da população e, "finalmente, na atual política de integração indígena levada avante por órgãos oficiais como a Funai, na desconsideração e discriminação cultural presente na criação das reservas indígenas, no desrespeito às suas organizações sociais e culturais na contrversa questão da demarcação de terras e de reassentamento dos posseiros".

Proposta semelhante é feita quando o trabalho discute o negro, pois recomenda-se que "professores e alunos devem encaminhar-se numa compreensão de que o modo e as condições em que o negro africano foi arrancado de sua cultura, ou seja, foi expropriado de seu saber-fazer, para ser utilizado como força de trabalho escravo no Brasil", mas o ponto principal do "exercício" é relacionar o fato "com a constituição de um mer-

cado de trabalho voltado para os interesses da acumulação capitalista".

E para crianças um pouco mais "velhas", com 12 anos, por exemplo, o documento propõe a discussão do Plano de Metas, a abertura para o capital estrangeiro, o peleguismo, bem como "a disciplinarização e controle do tempo livre pela programação do lazer dos trabalhadores, por parte do patronato e do sindicalismo oficial através de colônias de férias, Sesc, SEI e outros". E até a própria História deve subordinar-se à ideologia, segundo o documento preparado pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, quando afirma: "A trama da luta de classes envolve não apenas práticas, atitudes, como também a memorização do acontecer social que também faz parte do exercício do poder. Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido".

Geografia

A mesma linha é adotada na "proposta curricular" referente à

Geografia, que segundo os autores do trabalho tem servido apenas à "indústria do livro didático", tornando-se o professor uma vítima do livro, pois as editoras colocaram no mercado uma maioria de livros que contém "erros grosseiros, cuja identificação certamente daria para escrever um livro". Para sanar essas falhas, nada melhor que os professores se apoiam numa bibliografia baseada nas "Lutas camponesas no Nordeste", "O que é capital internacional", "O que é imperialismo" e "A incorporação do Brasil ao capitalismo internacional".

E, devidamente orientado, caberá então ao professor discutir os temas com os alunos, explicando o que é imposto, quem o paga, mas "é necessário discutir com os alunos que esses impostos não são distribuídos igualmente para atender a todas as necessidades e nem a todos os lugares. Por exemplo, numa cidade há áreas com calçamento malfeito, área onde não se faz coleta de lixo,... ao lado de áreas que contam com todas essas benfeitorias". Adiante, o documento explica que "o governo deixa de atender determinadas necessidades básicas como saúde, educação,

para utilizar parte dos impostos arrecadados para subsidiar a produção". Isso, na visão dos autores do trabalho, "para que o produtor continue a ter lucratividade assegurada".

Ao tratar da produção agrícola, o trabalho recomenda que o professor mostre como a agricultura se modernizou, sem que a estrutura agrária se modificasse, e como as desigualdades sociais refletem as desigualdades do acesso à terra. Por isso mesmo, o estudante deve discutir a situação da mão-de-obra mal remunerada que vive nas favelas das grandes cidades, bem como "discutir a existência dos latifúndios de criação de gado nas mãos de uma minoria que tem os aços, construídos com recursos públicos, em propriedades particulares; aços construídos com mão-de-obra sacrificada nas chamadas frentes de trabalho", conclui o documento. E o trabalho inclui ainda os capítulos: "O processo de industrialização e as transformações nas relações cidade-campo e na urbanização, no mundo capitalista", e "O socialismo como uma nova experiência histórica na produção do espaço — novas relações entre indústria, cidade / campo e urbanização".